

A PROGRESSÃO REFERENCIAL NUMA PERSPECTIVA SÓCIO-COGNITIVA DO TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL NA ESCOLA

Pedro Farias FRANCELINO
Universidade Federal da Paraíba Doutorando em Linguística -
UFPE

Introdução

Quando se fala em Linguística, a década de 60 se caracteriza como um momento reacionário no que diz respeito às inovações na forma de se pensar a linguagem. Até então a língua ainda era vista sob uma ótica imanentista e estudada de forma isolada do contexto histórico e sociocultural que a envolve. Os estudos lingüísticos eram fortemente marcados pelas idéias do estruturalismo saussureano, em cujos postulados nota-se a limitação teórico-metodológica no tratamento de questões que transcendem o nível frasal e, até mesmo, o transfrástico.

Por essa e outras razões, é que surge, por volta dos anos 60, na Alemanha, uma preocupação com uma unidade¹ maior que a frase e suas relações interfrásticas. É nessa conjuntura que a Linguística Textual (LT) aparece e se firma como um subdomínio da ciência Linguística, embora com motivações ainda estruturalistas, mas representando um avanço - conforme se percebe no percurso histórico da disciplina - por vislumbrar aspectos que a sintaxe chomskyana, por exemplo, não conseguia resolver.

A disciplina se desenvolveu de lá para cá, passando por momentos diferentes, tomando direções teóricas distintas e apre-

¹ Na perspectiva cognitiva da noção de texto, a designação de "unidade" é considerada inadequada por não definir satisfatoriamente, do ponto de vista teórico-metodológico, natureza do texto.

sentando propostas de abordagem do texto desde perspectivas mais formais até as mais funcionais. Destas, a que se tem destacado contemporaneamente é a que procura entender o texto sob uma visão sócio-cognitiva, preocupada em conceber o texto - objeto da LT - como um evento comunicativo, social e cognitivo, conforme postula Beaugrande (1997).

Neste trabalho, pretende-se refletir sobre um tópico específico da Linguística Textual, que é a temática da progressão referencial vista sob uma perspectiva sócio-cognitiva do texto, com a qual trabalham autores como Beaugrande (1997), Marcuschi (1998, 2003) Marcuschi & Koch (2002), Koch (1997, 1998, 2001, 2002a e b), entre outros. Objetiva-se, assim, discutir as implicações de um novo tratamento dado a uma questão lingüístico-textual, destacando a importância do conhecimento dessa nova abordagem, por parte do professor, como uma possibilidade de se trabalhar a leitura e a produção de texto de forma que leve em consideração um conjunto de conhecimentos prévios trazidos pelos alunos para a sala de aula, além de considerá-lo um ser social, histórica e cognitivamente ativo. Dessa forma, as atividades lingüísticas desenvolvidas pelo falante na produção de linguagem em sala de aula ganharão novo sentido, uma vez que ao aluno será possibilitado o desenvolvimento de habilidades muitas vezes adormecidas pela abordagem do texto (tanto na prática de leitura quanto na de produção) numa perspectiva de base ainda imanentista. Nesse contexto, portanto, serão observados o processamento do texto (aspecto cognitivo) e o processo interacional-discursivo como fenômenos caracterizadores da linguagem em funcionamento.

I - O texto e a guinada cognitiva da Linguística de Texto atual

Embora não se objetive aqui apresentar um painel histórico da noção de texto nos domínios teóricos da LT e seus

diversos modelos de descrição textual, faz-se necessário esboçar, ao menos em linhas gerais e de forma panorâmica, o desenvolvimento desse conceito nos vários direcionamentos que a LT encaminhou ao longo desse mais de meio século de existência. Isso possibilitará a compreensão da guinada que ocorreu na década de 90, aproximadamente, quando se passou a conceber o texto como um (...) *evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais* (BEAUGRANDE, 1997: 10). Nessa nova perspectiva, o leque de aspectos envolvidos na investigação amplia-se. Essa preocupação com os múltiplos aspectos é consequência de uma forma de se perceber a linguagem como um fenômeno amplo e abrangente, determinada por fatores culturais, sociais e cognitivos, pois essa é a essência do próprio ser humano.

Os primeiros estudos com estatuto de uma lingüística preocupada com o texto surgiram no final da década de 60 e início da de 70, com os trabalhos de Harweg e Van Dijk. Eles viam o texto como uma unidade transfrástica e estavam imbuídos da tarefa de construir uma gramática de texto, com ênfase na análise de estrutura e aspectos formais (*gramática textual*). Vêem-se, então, neste modelo de descrição textual, os resquícios de um pensamento de base estruturalista (numa primeira fase podia-se ver a teoria gerativista imperando), embora as intenções fossem as de superar uma lingüística da frase, limitada no/pelo seu próprio objeto de estudo.

Em outro grupo, destacam-se as pesquisas realizadas por M. A. K. Halliday/Hasan, em 1972, sobre aspectos importantes, como a coesão e seus mecanismos básicos: anáfora, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Nessa perspectiva, o texto é considerado uma unidade de sentido. Daí a designação de *semântica textual*.

Uma outra vertente aparece no cenário dos estudos lingüísticos nas décadas de 80 e de 90. Estudos como os de Beaugrande & Dressler marcaram essa época por abordarem o

texto como uma unidade comunicativa de que faziam parte elementos fundamentais chamados de princípios de textualidade. Já em 1990, vê-se o surgimento de uma vertente de LT que considerava o texto também como uma unidade comunicativa. Essa corrente é representada pelos estudos de Jean Michel Adam, no âmbito de uma pragmática textual. Percebe-se, nessa abordagem, a atuação de uma lingüística transfrástica como uma lingüística funcional com enfoque nos aspectos semânticos e pragmáticos.

Por fim, vê-se desenvolver, contemporaneamente, uma perspectiva de investigação que concebe o texto como uma entidade discursiva que se constrói, segundo Marcuschi (2003), “com base em três estratégias: (a) estratégias lingüísticas; (b) estratégias cognitivas e (c) estratégias sócio-interativas.” Nessa visão, a construção do sentido operada tanto no nível da produção quanto no da compreensão/recepção do texto envolve fatores que vão além dos limites (im)postos pela língua. Requer-se, nesse caso, um redimensionamento até mesmo de noções como a de contexto, que durante muito tempo foi entendido como algo exterior ao texto, convocado apenas em situações em que o código não dava conta da construção de sentido de um determinado enunciado ou texto. Numa abordagem cognitiva, vê-se que o contexto não é mais algo pré-determinado, um dado *a priori* ao texto, mas algo que é construído na situação sócio-interativa e que envolve, também, aspectos da ordem da mente. O texto é considerado, portanto, o produto de um conjunto de operações mentais sinalizador de pistas que permitem a elaboração do sentido, dentro de uma determinada situação enunciativa.

Esse preâmbulo é importante para se observar como os estudos foram caminhando para uma direção que privilegia o texto não mais no seu aspecto *micro*, mas que procura compreender o seu funcionamento na forma como ele ocorre - já que se trata de um evento - na estrutura cognitiva de um indivíduo situado sócio-culturalmente e que produz sentido em

determinadas situações de interação. Dessa forma, um fenômeno lingüístico como a progressão referencial não pode ser observado apenas como um simples movimento de retomada de um núcleo referencial, mas como uma atividade imbuída de função sócio-cognitivo-discursiva.

É preciso, ainda, esclarecer duas questões relacionadas à noção de referência adotada nesta perspectiva: 1) ela não diz respeito à forma como representamos o mundo como era vista numa visão tradicional, em que o referente denotava o objeto-de-mundo, mas esses objetos são reelaborados pelo indivíduo de uma forma que envolve uma relação indissociável de fatores como o social, o histórico, o cultural, o lingüístico, etc., passando a se chamar objeto-de-discurso, conforme postula Koch (2002: 79):

(...) a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural.

A segunda questão funciona como hipótese de trabalho das pesquisas situadas nessa linha de raciocínio: a referenciação se caracteriza como uma atividade cognitivo-discursiva e interacional, realizada por sujeitos sociais. Partindo desses dois pressupostos, entende-se a atividade de referenciação como um processo lingüístico investido de funções discursivas.

Os estudos sobre a referenciação têm apontado diferentes estratégias de progressão referencial por meio das quais se procede à construção de sentido no texto. Dentre elas, Koch (2002) apresenta as seguintes: 1) o uso de pronomes ou elipses, estratégia conhecida como pronominalização (anáfora e catáfora); 2) o uso de expressões nominais definidas e 3) uso de expressões nominais indefinidas. Para fins de ilustração, destaca-se neste

trabalho a estratégia 2 (uso de expressões nominais definidas) pelo fato de permitir uma melhor visualização de como é possível ampliar as capacidades cognitivo-discursivas do educando em situação de aprendizagem.

II - A progressão referencial através de *expressões nominais definidas*: implicações para o trabalho com a leitura e a produção textual

As expressões ou formas nominais definidas apresentam, quanto ao aspecto formal, linguisticamente marcadas, dentre outras, uma estrutura composta por um determinante mais um nome. No texto, elas retomam o referente - considerado objeto-de-discurso - apresentando uma função sócio-cognitivo-discursiva, como afirma Koch (2002:87):

A descrição definida caracteriza-se pelo fato de o locutor operar uma seleção, dentre as propriedades atribuíveis a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para a viabilização de seu projeto de dizer. Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos supostamente partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar.

Não serão discutidas aqui as funções e propriedades dos determinantes que compõem esses grupos nominais definidos nem tampouco será feita uma análise da importância dos elementos lexicais que ocupam, nesse grupo nominal, o lugar correspondente ao nome. Todavia, é importante reconhecer - para a reflexão que aqui se tece - a pertinência de uma exploração desses elementos no trabalho desenvolvido com o texto na sala de aula, quer no âmbito da leitura quer no da produção, pois, como se viu na citação acima, as escolhas lexicais, por exemplo,

operadas na remissão a um referente expresso co(n)textualmente requer a mobilização, por parte do indivíduo leitor/produtor, de uma série de conhecimentos determinantes na construção do sentido que se quer atribuir ao texto. Esses conhecimentos são de ordem sócio-cognitiva e constituem uma atividade discursiva, na medida em que os sujeitos expõem seus pontos de vista, suas intenções, seus valores culturais e imprime-lhes ao texto que se lê/produz. É nesse sentido que o uso dessa estratégia se caracteriza como uma atividade sócio-cognitivo-discursiva.

Por razões didáticas, a progressão referencial no texto em atividades escolares será observada aqui em momentos separados²: primeiramente observar-se-á na atividade de leitura e, posteriormente, na perspectiva da produção textual. Para isto, serão analisados alguns exemplos extraídos de um texto do jornal *Folha de S. Paulo*, de 24/04/01. O texto, que foi veiculado na coluna *Brasil*, trata do suposto envolvimento do senador Antônio Carlos Magalhães no caso da violação do painel de votação do Senado, no período da cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Para início, veja-se a própria manchete da primeira página do jornal, que traz como destaque:

(1) *ACM* não nega que tenha visto a lista *Senador* é
dúbio sobre acesso à relação de votos e diz que
Arruda não foi exato ao dizer que pedido partiu
do baiano

Como se observa no título dessa manchete, há três formas de referência ao nome de Antônio Carlos Magalhães. Primeiramente, há uma abreviação do nome (*ACM*) pelo qual ele é conhecido pela grande maioria da população brasileira, sobretudo pelo povo baiano. É interessante notar, do ponto de vista da leitura, que o uso da abreviatura leva o leitor a recuperar em sua memória o nome do político em questão. Se porventura

² Não se trata de uma análise profunda, detalhada, mas apenas uma sucinta ilustração de como a teoria funciona empiricamente, em textos do cotidiano, como é o caso de um texto do gênero jornalístico (o texto encontra-se anexo ao trabalho).

o leitor não tiver o conhecimento prévio necessário, a expressão “ACM” possivelmente passará despercebida. Nesse caso, a compreensão do texto só se efetivará a partir do momento que o referente for ativado mediante processos cognitivos inferências que mobilizarão as informações armazenadas na estrutura cognitiva do sujeito. Isso corresponderia enxergar a questão pelo aspecto cognitivo. Por outro lado, sob a perspectiva discursiva, o uso da abreviatura produz determinados efeitos de sentido, revelando uma expressão já cristalizada no cenário político-social brasileiro e, além disso, sugerindo a familiaridade que ganhou entre os brasileiros, de maneira que, ao se ler ou ouvir a expressão, imediatamente vem à mente do indivíduo a figura do político.

Em segundo lugar, o nome do político é referenciado por outras duas expressões: uma que corresponde a sua função política (senador) e outra que corresponde ao lugar onde reside (ou possivelmente a sua naturalidade), que é a expressão “baiano”. Vê-se, então, que o produtor do texto lida com conhecimentos supostamente partilhados pelos interlocutores (leitores da coluna em questão), levando este leitor a ativar determinados dados que ficam registrados em sua memória sob a forma de *frames* ou *enquadres* cognitivos. Cognitivamente falando, o texto funciona, então, como um conjunto de instruções que permite ao leitor essa recuperação dos referentes. Segundo Marcuschi (2003),

(...) os *frames* não são simples produtos da experiência individual de cada um, pois eles, para serem efetivos no processo de comunicação, devem ser comuns aos indivíduos que os usam. São, em certo sentido, a experiência organizada ou estabilizada cognitivamente. São o reflexo de uma *experiência social*. (grifos do autor)

Observem-se, agora, outros fragmentos do texto:

(2) Embora o presidente da sigla, senador Jorge Bornhausen (SC), tenha feito um discurso...

(3) só o baiano César Borges (*afilhado político de ACM*)...

(4) *A anfitriã do encontro*, Roseana Sarney (MA), evitou críticas diretas, mas foi contrária...

Nos enunciados acima, percebe-se que o uso de expressões vem ratificar o ponto de vista do produtor do texto acerca do assunto. São descrições definidas que ora trazem informações até então supostamente desconhecidas pelo leitor, ora trazem, também, a intenção do articulista ao “relatar” os fatos. É o que Koch (2002: 87) afirma quando se refere à escolha que o produtor do texto faz com determinados propósitos, levando em consideração os elementos interativos, cognitivos e discursivos da situação comunicativa.

No caso do enunciado (2), a expressão nominal “o presidente da sigla” apela para o conhecimento prévio do leitor sobre o partido de que faz parte o senador Antônio Carlos Magalhães. No entanto, em relação ao aspecto discursivo, a orientação argumentativa tecida no texto ganha maior visibilidade no enunciado (3). Percebe-se que, em meio à falta de amparo político de seu partido, o senador Antônio Carlos Magalhães só pôde contar com o apoio de César Borges. Só que esse novo personagem não é introduzido no texto apenas com o seu nome próprio, mas através de duas descrições nominais que fazem sua referência: “baiano” e “afilhado político de ACM”. Vê-se, então, que a escolha do termo “baiano” foi proposital, pois o político mencionado tem a mesma naturalidade (ou residência - a Bahia) do senador acusado. O argumento maior, no entanto, aparece com a descrição seguinte, pois a com a gravidade com que a notícia é veiculada só mesmo o grau de “parentesco político” para justificar o apoio oferecido por César Borges a Antônio Carlos Magalhães.

Finalmente, no enunciado (4), constata-se que a descrição utilizada, além de ativar o pressuposto de que alguém, no caso a governadora Roseana Sarney, promoveu o encontro, revela, ainda, a atitude do articulista em mostrar uma certa postura de “neutralização” por parte da governadora com relação ao assunto, uma vez que foi ela a promotora do evento, isto é, a

“anfitriã da festa”, em que o “prato principal” foi o senador em questão.

Esses exemplos destacados - trazidos sob a forma de ilustração sobre o que se reflete aqui - apresentam uma série de implicações para o ensino de língua materna em nossas escolas, tanto no que diz respeito às atividades de leitura quanto às de produção de texto. Sabe-se que a perspectiva de abordagem do texto na sala de aula ainda é predominantemente imanentista, haja vista a ênfase a determinados aspectos gramaticais do texto em que, no caso da leitura, ressaltam-se questões de entonação, pronúncia correta das palavras, resposta a questões explícitas e outras metodologias tradicionais. Apesar de algumas inovações operadas nos livros didáticos, dos cursos e seminários de atualização de conhecimentos, dos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, percebe-se uma prática didático-pedagógica da leitura e da escrita ainda de base estrutural. Quando se trata da produção escrita, a questão ainda é mais séria, pois as condições de produção de texto trabalhadas na escola não favorecem, na grande maioria das vezes, uma prática de uso efetivo da linguagem, que permita aos educandos a apreensão do funcionamento vivo da linguagem nas situações sócio-interativas do dia-a-dia e o modo como ela permite operar com categorias cognitivas importantes para a compreensão e para a construção do(s) sentido(s).

Essas considerações são necessárias para que se percebam as implicações de uma abordagem cognitivo-discursiva do texto na sala de aula. Ela permite, como se viu na pequena ilustração, que se veja o texto como um evento sócio-cognitivo-discursivo, integrado ao mundo real em que vivemos e associado intrinsecamente aos aspectos mentais do indivíduo - uma vez que ele atua com uma série de processos cognitivos na construção do sentido do texto, isso relacionado, evidentemente, aos conhecimentos prévios adquiridos ao longo das vivências -, além dos aspectos sociais, políticos e culturais aos quais ele está irremediavelmente submetido. O trabalho do sujeito com o texto passa a ser uma atividade dinâmica, viva, em que o texto deixa de ser um objeto morto, dissecado - a exemplo dos corpos mor-

tos analisados pelos acadêmicos da Medicina - para ser um objeto multifacetado, abrangido por aspectos outros, de natureza extralingüística, por isso mesmo vivo.

No que concerne à leitura, o professor poderá desenvolver em sala uma série de estratégias voltadas para o trabalho com esses processos cognitivos e inferenciais do aluno, levando-o a operar com *frames, esquemas, scripts*, ou seja, modelos mentais que possibilitam a compreensão de eventos, situando-os dentro de um determinado contexto cognitivo, contribuindo, assim, para a construção do(s) sentido(s).

Quanto à produção de texto, é tarefa do professor proporcionar aos alunos condições reais de uso da escrita, levando-os, no que concerne ao aspecto discursivo, a se preocupar com as condições de produção do texto, tais como o perfil do interlocutor, os aspectos relacionados ao gênero textual, a adequação à variedade lingüística e outras questões.

Dessa forma, o ensino de língua/linguagem deixa de ser uma prática mecânica de memorização de regras do bem falar e do bem escrever e passa a considerar aspectos externos à linguagem mas determinantes no seu funcionamento na sociedade através dos vários gêneros textuais. É evidente que não se pode construir um modelo monolítico, uno, fixo de abordagem, mesmo integrando os aspectos aqui evocados (cognitivo, social, discursivo), pois cada texto e cada gênero textual se presta a abordagens teórico-metodológicas diferentes. É nesse momento que entra a sensibilidade (entenda-se racionalidade) do professor para lidar de forma eficaz com esses aspectos tratados.

Considerações finais

Do exposto, pode-se afirmar que a referenciação é um fenômeno caracterizado por aspectos sociais, cognitivos e discursivos e que sua forma de manifestação na superfície do texto pode se dar através de diferentes estratégias, dentre as quais se destaca a utilização de descrições nominais definidas. Estas se apresentam como veiculadoras de sentidos formulados pelo sujeito, que imprime ao texto uma direção argumentativa

reveladora de suas crenças, opiniões e pontos de vista diversos. Viu-se, dessa forma, que as expressões nominais desempenham um papel fundamental na construção textual do sentido, construído interativamente na relação sujeito-texto, quer no ato da leitura, quer no ato de produção do texto.

Por fim, observou-se que o trabalho do texto nessa perspectiva pode redimensionar o ensino de língua materna nas atividades de leitura e escrita na escola, na medida em que proporciona não só o desenvolvimento das habilidades lingüísticas dos alunos, mas, sobretudo, das habilidades cognitivas e discursivas.

REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge and society* (1997). Norwood: Ablex.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. V. *Lingüística textual: introdução* (1983). São Paulo: Cortez.
- KLEIMAN, Angela. *Texto & leitor: aspectos cognitivos da leitura* (2002). 8.ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. *Oficina de leitura: teoria & prática* (1998). 6.ed. Campinas, SP: Pontes.
- KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto* (2002). 2.ed. São Paulo: Cortez.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos* (1998). 2.ed. São Paulo: Contexto.
- _____. *A coesão textual* (2002). 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto.
- _____. Ingedore G. V. (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. n.º 41, jul/dez. pp. 75-89.
- _____. Ingedore G. V. & MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, vol. 14, n.º especial, pp.169-190.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2003). *Lingüística de texto*. Recife-PE: UFPE. (mimeo).